

# COMISSÃO DE SAÚDE

## REQUERIMENTO Nº , DE 2023

(Do Sr. Jorge Solla)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre as perspectivas presentes e futuras da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS.

Senhor Presidente,

Com base no Artigo 117, Inciso VIII e no Artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e ouvido o Plenário desta Comissão, requeiro a Vossa Excelência a realização de audiência pública para debatermos sobre as perspectivas presentes e futuras da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS.

Para tanto, sugiro sejam convidados(as):

- Diretor da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (ADAPS);
- Nésio Fernandes, Secretário de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde;
- Isabela Cardoso de Matos Pinto, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.



## JUSTIFICAÇÃO

No início de junho de 2023, o jornalista Breno Pires, da Revista Piauí, publicou notável reportagem<sup>1</sup> denominada **“BOLSONARO DESIDRATOU MAIS MÉDICOS E PÔS NO LUGAR UM NINHO DE FALCATRUAS - O inventário do fracasso e das irregularidades do governo Bolsonaro na área da saúde”**, com várias denúncias de irregularidades no âmbito da Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde – ADAPS, desde a sua criação. De acordo com a matéria, a criação da ADAPS *“... foi o princípio de um desastre que resultou na criação de um ninho de falcas, com casos de nepotismo, irregularidades administrativas, denúncias de assédio moral e malversação de verba pública – e prejudicou enormemente o atendimento à saúde dos brasileiros mais pobres”*.

Vale destacar, inicialmente, que a criação da ADAPS foi autorizada no governo Bolsonaro, em março de 2020, por meio da Lei 13.958, de 18 de novembro de 2019, que criou o Programa Médicos pelo Brasil – PMB no intuito de substituir o Programa Mais Médicos – PMM, a despeito de todos os avanços constatados desde a criação do PMM, em 2013.

Nesse sentido, para colocar em prática o novo Programa (PMB), foi criada a ADAPS por meio do Decreto 10.283, de 20 de março de 2020. Entretanto, conforme destaca a reportagem da revista Piauí, a expectativa de que a agência começasse a funcionar já no primeiro ano não se confirmou, apesar da aprovação do orçamento de 723 milhões de reais, os quais foram remanejados para outros setores.

As primeiras atividades administrativas da ADAPS só começaram em setembro de 2021, um ano e meio depois de sua criação, em virtude da pandemia e outros fatores. Foi a partir de então que teve início as mais diversas irregularidades.

A matéria destaca que, para a seleção e contratação do quadro técnico-administrativo, ocorrida entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, a Agência adotou um “processo seletivo” que, na verdade *“funcionou como um biombo para disfarçar a nomeação de amigos e familiares”*.

Além disso, segundo informação da assessoria do Ministério da Saúde, há denúncias de perseguição e assédio moral pelos chefes da Agência, as quais, conforme a reportagem, começaram a ser investigadas em um inquérito civil pelo Ministério Público do Trabalho, em Brasília.

Ademais, chama atenção as contratações realizadas pela agência por dispensa de licitação sob alegação de emergência. Parte dos contratos previa duração de até cinco anos, o que é incompatível com a lei de licitações,

1 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-cupinzeiro/>



que estabelece um ano como limite para contratos emergenciais, e também com a lei do estatuto jurídico de empresas estatais, que só autoriza até 180 dias.

A reportagem também afirma que o contrato de cooperação técnica, científica e cultural, firmado em outubro de 2022, com a Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), de 12 milhões de reais, na prática serviu para dar abrigo aos amigos que, com o fim do governo de Bolsonaro, perderiam seus cargos comissionados em diversos órgãos.

Esta Comissão de Saúde precisa aprofundar o debate e ser informada sobre a atuação da ADAPS após essas denúncias e quais são as perspectivas que se apresentam para sua continuidade, razão pela qual solicito apoio para realizarmos a audiência pública sugerida.

Sala da Comissão, em 12 de junho de 2023.



**JORGE SOLLA**

Deputado Federal (PT-BA)

